



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
PRÓ-REITORIA DE ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.
CURSO DE PEDAGOGIA – PARFOR/CAPES/UEPB**

JERUSA SARAFIM DE LIMA CAMPOS

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**CATOLÉ DO ROCHA - PB
2014**

JERUSA SARAFIM DE LIMA CAMPOS

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual da Paraíba como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Francineide Pereira Silva

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C198i Campos, Jerusa Serafim de lima
A importância do lúdico na educação infantil [manuscrito] : /
Jerusa Serafim de Lima Campos. - 2014.
45 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2014.

"Orientação: Profa. Ma. Francineide Pereira Silva, Secretaria de Educação à Distância".

"Co-Orientação: Profa. Ma. Ariane Kércia de Sá Barreto, Secretaria de Educação à Distância".

1.Criança. 2.Atividades lúdicas. 3.Jogos. 4.Brincadeiras I.
Título.

21. ed. CDD 372.21

JERUSA SARAFIM DE LIMA CAMPOS

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade
Estadual da Paraíba como requisito
parcial para obtenção do título de
Licenciatura Plena em Pedagogia.

Banca Examinadora

Francineide Pereira Silva

: Prof(a): Ma. Francineide Pereira Silva
Orientadora

Ariane Benício

Prof.^a Ma. Ariane Kercia Benício de Sá Barreto
Examinadora

AGRADECIMENTOS

À Deus, por sempre me dar forças e iluminar meu caminho, não me deixando fraquejar nos momentos de dificuldades.

À coordenadora do Curso de Graduação, por seu empenho.

Aos meus filhos e demais familiares, pela compreensão por minha ausência nos finais de semanas.

Aos professores do Curso de Pedagogia da UEPB que contribuíram ao longo destes meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas de classe pelos momentos de amizade e apoio.

“Brincar com criança não é perder tempo, é ganha-lo; se é triste ver meninos sem escola, mais triste ainda é vê-los, sentados enfileirados, em salas sem ar, com exercícios estéreis, sem valor para a formação do homem”.

Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Considerando como atividades lúdicas os jogos, brincadeiras e músicas, fundamentadas por um expressivo referencial teórico, este trabalho monográfico mostra a forma como devem ser aplicadas as atividades lúdicas na Educação Infantil para que a criança se torne sujeito ativo do processo educacional, promovendo o desenvolvimento físico, mental e conseqüentemente, melhorando o desempenho escolar. Em linhas gerais, a pedagogia moderna reconhece o valor de uma escola prazerosa, onde a motivação e a alegria despertem aprendizagem. O trabalho mostra a necessidade de implantar em todas as instituições uma metodologia fundamentada na atividade lúdica, reconhecendo as dificuldades enfrentadas pelo professor, no uso de atividades lúdicas em virtude de trabalhar no sistema tradicional, onde o aluno permanece sentado, ouvir as ordens e fazendo as atividades que o professor determina. O trabalho tem por objetivo analisar a concepção dos professores da Educação Infantil acerca da importância do lúdico no desenvolvimento integral da criança. No entanto, trata-se de uma pesquisa qualitativa que foi desenvolvida com seis professores da Educação Infantil da Escola “José Francisco da Silva” na cidade de Mato Grosso -PB. Os dados foram coletados por meio de um questionário que abordou questões referentes a caracterização dos participantes e questões específicas ao objeto de estudo. Estes questionários foram entregues aos participantes que o responderam e devolveram em seguida conforme o prazo estipulado pela aluna pesquisadora. Fundamentando-se no resultado obtido na valorizando a atividade lúdica na Educação Infantil. A pesquisa permitiu que os educadores refletissem sobre a relação entre a construção do conhecimento e o lúdico, pois demonstra nas suas respostas que o brinquedo é parte integrante da metodologia de ensino. Nesse sentido, as atividades prazerosas tem o poder sobre a criança, facilitando a formação de sua personalidade integral com o progresso de cada uma de suas funções psicológicas, intelectuais e morais. No entanto, ao ingressar na Escola José Francisco da Silva, o pequeno educando sofre um considerável impacto psicoemocional, por se separar do meio familiar que até então, sua vida era regida pelo aconchego do lar, sem regras escolares.

Palavras-chave: Criança. Atividades lúdicas. Jogos. Brincadeiras.

ABSTRACT

Considering how the games play activities, games and songs, founded by a significant theoretical framework, this monograph shows how playful activities should be implemented in kindergarten so that the child becomes an active subject of the educational process, promoting the physical , mental and consequently improving school performance. In general, modern pedagogy recognizes the value of a pleasant school, where motivation and joy awaken learning. The work shows the need to deploy in all institutions with a methodology based on the play activity, recognizing the difficulties faced by the teacher in the use of recreational activities due to work in the traditional system, where the student remains seated, listening to the orders and making the activities that the teacher determines. The paper aims to analyze the concept of early childhood education teachers about the importance of playfulness in development of the child. However, it is a qualitative research that was developed with six teachers from Kindergarten to School "Francisco José da Silva" in the city of Mato Grosso -PB. Data were collected through a questionnaire which addressed issues related to characterization of the participants and the specific object of study questions. These questionnaires were given to participants who answered and then returned as the deadline stipulated by the student researcher. Basing on the results obtained in valuing leisure activity in kindergarten. The research allowed the educators to reflect on the relationship between the building of knowledge and playfulness, it shows in their responses that the toy is an integral part of the teaching methodology. In this sense, pleasurable activities has power over the child, facilitating the formation of his whole personality with the progress of each of their psychological, intellectual and moral functions. However, upon entering the School José Francisco da Silva, the small student suffers a considerable psychological and emotional impact, by separating the family home until then, his life was governed by the warmth of home, no school rules.

Keywords: Child. Recreational activities. Games. Jokes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. REFLEXÕES TEÓRICO/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS	12
1.1 A gestão escolar na escola pública.....	12
1.2 A escola e o aluno da educação infantil.....	14
1.3 A escola e o aluno da educação fundamental	17
2. EDUCAÇÃO INFANTIL – TEMPO DE DESPERTAR.....	21
2.1 Concepção de infância na atualidade e desenvolvimento das crianças.....	23
2.2 Ser criança na atualidade: Direitos que lhes assistem	25
3. O LÚDICO.....	30
3.1 História da ludicidade	30
3.2 Brinquedoteca: uma nova metodologia para a ensino-aprendizagem.....	32
3.3 A escola e a aprendizagem infantil	33
3.4 Os jogos na alfabetização na Escola José Francisco da Silva: estudo de caso.....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS.....	42

INTRODUÇÃO

O motivo da escolha do tema está ligado aos nossos estudos como pedagoga, onde constatamos diversos problemas da aprendizagem, e procuramos uma maneira de motivar a criança nos primeiros anos de escola para que ela adquira gosto pelo ato de aprender e se torne um sujeito ativo no processo de ensino-aprendizagem. O lúdico tornou-se nosso objeto de estudo, como combate as dificuldades de aprendizagem e evasão escolar; a ludicidade é importante na Educação Infantil, onde o ato de brincar é essencial.

Desta forma, pode-se conscientizar o educador sobre a importância do lúdico para a Educação Infantil, mostrando os métodos adequados para tornar o ensino prazeroso e a sala de aula um ambiente agradável, pois, é importante que o educador diferencie o trabalho com a criança de um trabalho com pessoas adultas. Tais questões poderão ser contempladas no decorrer deste trabalho monográfico que certamente encontrará um novo caminho para reorientar nossas práticas pedagógicas: Como o processo lúdico influencia de forma positiva na Educação Infantil? A Escola que foi campo de estudo pratica atividades lúdicas com frequência? Quais as dificuldades encontradas pelo professor diante da utilização dos jogos e brincadeiras em cada sala de aula? Quais os benefícios das atividades lúdicas em uma escola tradicional?

Observando-se as crianças de hoje percebe-se que muitas não brincam mais da mesma forma de antes primeiro, por vezes, por falta de tempo e segundo, por falta de espaço, pois se prendem a programas infantis de televisão. Quando há tempo para brincar, a brincadeira preferida é imitar os adultos, isolado de pessoas, sem interação alguma, um com o outro. A participação dos pais nas brincadeiras, em muitas ocasiões, apresenta-se quase inexistente. Não há tempo a perder, é preciso trabalhar, trabalhar muito, para poder dar tudo de bom para os filhos. Desta forma, as crianças deixam de brincar, de interagir com outras crianças e, principalmente, de interagir com os pais.

Mostra-se aqui, o valor do ensino divertido em sala de aula multiseriada, ou seja, em virtude dessa realidade, pretende-se neste estudo, compreender o papel do lúdico na aprendizagem. Crianças. No primeiro capítulo será analisada a gestão escolar

participativa, sua origem e sua importância para a Educação, bem como o papel do professor dentro de um trabalho cooperativo.

O embasamento comprobatório será realizado por meio de pesquisa de campo dentro da Educação Infantil, ou seja, o ambiente estudado é uma creche onde observou-se as características físicas, a estrutura administrativa, recursos humanos, por meio de coletas de dados. O instrumento de pesquisa foi um questionário contendo seis perguntas objetivas e sete abertas, que posteriormente foram analisadas detalhadamente, de onde surgirão unidades temáticas. Apresenta certa resistência em ir à escola. O fato não está apenas no total desagradado pelo ambiente ou pela nova forma de vida e, sim, por não encontrar canalização para as suas atividades preferidas.

Tendo pela frente um potencial crescente de abertura para novas possibilidades e aprendizados vivenciados diariamente a criança potencializa um maior consumo de energia e inadequado seria permitir que a criança permaneça, por longo tempo, trancafiada na sala de aula, calma e quieta, quando ela mais necessita de movimento.

Sendo assim, primordial será a partir de exercícios e brincadeiras simples para incentivar a motricidade e as habilidades normais da criança em um período de adaptação para, depois, gradativamente complicá-los um pouco possibilitando um melhor aproveitamento geral. Com as atividades lúdicas, espera-se que a criança desenvolva a coordenação motora, a atenção, o movimento ritmado, conhecimento quanto à posição do corpo, direção a seguir, concentração e outros; participando do desenvolvimento em seus aspectos biopsicológicos e sociais; desenvolva livremente a expressão corporal que favorece a criatividade, adquira hábitos de práticas recreativas para serem empregados adequadamente nas horas de lazer, absorva hábitos de boa atividade corporal, seja estimulada em suas funções orgânicas, visando ao equilíbrio da saúde dinâmica e desenvolva o espírito de iniciativa, tornando-se capaz de resolver eficazmente situações imprevistas.

O direcionamento do estudo realizado por meio de pesquisa teórica e de vários contatos com os educadores da Escola José Francisco da Silva, procuram mostrar a importância de atividades prazerosas no início do trabalho educativo. Tais atividades podem ser rítmicas e danças, esporte, ginástica, jogos envolvendo a memória, dentre outras.

A forma como o lúdico é visto e tratado por monitores e professores da Educação Infantil é foco primordial da pesquisa desde a análise do planejamento, a construção do conhecimento bem como o detalhamento das dificuldades na Escola José Francisco da Silva, para a introdução de jogos e brincadeiras. O lúdico constitui um campo cultural amplo e variado, por isso torna-se necessário escolher as partes adequadas para determinada escola e para certas situações, é interessante trabalhar atividades rítmicas e danças com crianças da primeira infância dentro de um processo de ensino-aprendizagem. Os jogos, como fenômenos sociais, podem ser entendidos como moderadores do comportamento humano, capazes de adequar do indivíduo ao meio social, ou seja, adaptar a criança ao convívio social, familiar fazendo com que o pequeno aprendiz comece a reconhecer seus direitos e deveres.

Assim como a arte de contar história (que será apresentada neste trabalho) constitui uma atividade educativa com exemplos de cunho moral, os jogos também impõem regras e limites ensinando o pequeno aprendiz a competir e a conviver em grupo. A criança passa a ter visão do que seja ganhar e perder, portanto o jogo é fator de desenvolvimento do ser humano, um meio de integração entre os participantes no qual a criança expressa comportamento e valores. A fim de participar e ser aceita no grupo, a criança tem de adotar certas atitudes e normas instituídas durante a prática do jogo.

Dentre as atividades lúdicas pode se destacar os jogos que são importantes para o desenvolvimento do raciocínio e para a própria educação da criança. Conforme as nossas pré-leituras pode se observar que o jogo é uma atividade que educa e desenvolve o raciocínio. De acordo com Rosseto Júnior *et al.* (2009) o jogo é um estímulo natural da criança funcionando assim como um grande motivador, a criança por meio do jogo ganha prazer e realiza um esforço livre e voluntário a fim de atingir o objetivo; o jogo mobiliza planos mentais, o pensamento, a ordenação de tempo e espaço; completa várias dimensões da personalidade, afetiva, social, motora e cognitiva. O jogo e o esporte, como instrumentos educacionais, devem contribuir para a construção de valores morais e éticos, coibindo a competição exagerada e a conquista de resultado a qualquer custo (ROSSETO JÚNIOR *et al.*, 2009, p. 13).

O brinquedo é muito importante na vida da criança porque faz com que projete nos objetos aspectos positivos e negativos da vida. “O brinquedo entendido como objeto, suporte da brincadeira, supõe relação íntima com a criança, seu nível

de desenvolvimento e indeterminação quanto ao uso, ou seja, a ausência de um sistema de regras que organize sua utilização” (SANTOS, 1997, p. 23). E neste brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimento, isto é vantajosa a aprendizagem da criança. A apresentação do lúdico na vida escolar do educando é uma maneira muito eficiente de repassar pelo universo infantil para imprimir-lhe o universo adulto, nossos conhecimentos e principalmente a forma de interagirmos.

Conforme Kishimoto *et al.* (2010), o jogo é uma tarefa difícil, pois há inúmeros tipos de jogos: jogos políticos, de adulto, de crianças, animais ou amarelinha, xadrez, adivinhas, contar histórias, brincar de mamãe e filhinho, futebol, dominó, quebra-cabeça, construir barquinho, brincar na areia etc. Toda esta diversificação será analisada e movimentada dentro desse trabalho monográfico, ou seja, observaremos quais delas são mais usadas no trabalho infantil.

A nossa problemática partiu da constatação de um ensino totalmente tradicional em nossas escolas; assim, resolvemos investigar o lúdico partindo da seguinte indagação: Qual a concepção dos professores da Educação Infantil acerca da importância do lúdico na aprendizagem da criança E. José Francisco da Silva em Mato Grosso-PB

Este trabalho monográfico tem como objetivo geral analisar a concepção dos professores acerca da importância do lúdico no desenvolvimento integral da aprendizagem da criança na Educação Infantil; quanto aos objetivos específicos destacamos os seguintes: refletir a importância da ludicidade nos jogos e brincadeiras e mostrar a importância da arte de contar história; identificar e analisar as necessidades existentes dentro da escola para implantar a cultura do lúdico; reconhecer as dificuldades encontradas pelo professor diante da utilização dos jogos em sala de aula e; apontar os benefícios das atividades lúdicas em uma escola tradicional.

Além da introdução e das considerações finais temos aqui quatro capítulos, sendo que o primeiro é intitulado: “Um olhar sobre a ludicidade na Educação Infantil”; descreve a história do lúdico, sua origem, como surgiram às primeiras ações lúdicas na escola, o caráter do lúdico na Educação Infantil, o papel do professor na educação lúdica; bem como a arte de contar história. Tendo sido considerado uma atividade valiosa, desde que foi reconhecida as necessidades da criança.

1 – REFLEXÕES TEÓRICO/PRÁTICAS ARTICULADAS AOS ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS

1.1 A gestão escolar na escola pública

O estágio de gestão escolar na escola pública, ocorreu em uma escola em que o gestor é indicado por membros do executivo municipal, entretanto o diretor administra de forma participativa, ou seja, compartilhando com professores, funcionários, conselho escolar e em certos casos torna-se parceiros da própria comunidade.

De acordo com a revista Gestão Educacional (janeiro de 2010), A palavra Gestão significa administrar, governar, dirigir. Significa também a manutenção de controle sobre um grupo, uma situação ou uma organização, de forma a garantir os melhores resultados. Nesse sentido, entendemos que a escola é um tipo de organização constituída de recursos materiais, financeiros e humanos (alunos, professores, pais) que precisam ser administrados para se obter os melhores resultados, que no caso é a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos.

A necessidade de se praticar a gestão escolar surgiu através das fortes mudanças que a sociedade vem passando nos últimos anos. Somente para citar algumas delas temos: A globalização, os grandes avanços tecnológicos, a rapidez e a quantidade de informação que tem sido gerada, o momento histórico pelo qual passamos e todas as transformações ocorridas ao longo do tempo e em diferentes aspectos das nossas vidas.

Para Hora (2009), No Brasil a administração da educação não se vincula aos princípios administrativos empresariais, dada a sua característica de sociedade capitalista, em que os interesses do capital estão sempre presentes nas metas e nos objetivos das organizações que devem se adaptar ao modelo que lhe impõe esse tipo de sociedade.

A denominação Gestão Escolar é relativamente recente e de extrema importância, na medida em que desejamos uma escola que atende às atuais exigências da vida social: formar cidadãos oferecendo ainda a possibilidade de apreensão de competências e habilidades necessárias e facilitadoras da inserção social.

A Gestão da Escola Pública sofreu com um processo de complexidade, devido ao crescimento físico das redes de ensino. Este processo incidiu tanto na estrutura e funcionamento do ensino, quanto na organização do trabalho da escola. O Estado Brasileiro, para dar sustentabilidade às medidas e garantir suas implantações, criou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN – 5692/71), passando a fornecer obrigatoriamente 4 anos de escolaridade gratuita aos seus cidadãos. Esse processo de descentralização, segundo Abu-Duhou (2002), é movido por numerosas e diferentes forças: políticas, sociais e econômicas, e pode ser qualificado como “Gestão Autônoma das Escolas” (GAE), trazendo novos desafios para a gestão da educação, como por exemplo, saber como desenvolver a autonomia dos estabelecimentos escolares, garantindo um ensino bem estruturado.

A elaboração do Plano Nacional de Educação, conforme exposto nos textos legais, visa elucidar problemas referentes às diferenças socioeconômicas, políticas e regionais, bem como às que se referem à qualidade do ensino e à gestão democrática. O PNE trata dos diferentes níveis e modalidades da educação escolar, bem como da gestão, do financiamento e dos profissionais da educação.

De forma articulada à discussão da democratização da gestão escolar, é fundamental recuperarmos, nos textos legais – sobretudo na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e no PNE – o respaldo para a implementação de processos de gestão democrática nos sistemas de ensino e, particularmente, nas unidades escolares.

Os termos “administração da educação” ou “gestão da educação” têm sido utilizados na área educacional ora como sinônimos, ora como termos distintos. “Analisar a gestão da educação, seja ela desenvolvida na escola ou no sistema municipal de ensino, implica em refletir sobre as políticas de educação. Isto porque há uma ligação muito forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas” (BORDIGNON; GRACINDO, 2004, p.147).

A gestão, se entendida como processo político-administrativo contextualizado, nos coloca diante do desafio de compreender tal processo na área educacional a partir dos conceitos de sistemas e gestão escolar.

No âmbito educacional, a gestão democrática tem sido defendida como dinâmica a ser efetivada nas unidades escolares, visando garantir processos coletivos de participação e decisão. Tal discussão encontra respaldo na legislação educacional.

A construção da gestão democrática implica na luta pela garantia da autonomia da unidade escolar, participação efetiva nos processos de tomada de decisão, incluindo a implementação de processos colegiados nas escolas, e, ainda, financiamento pelo poder público, entre outros.

A gestão democrática, que seria a ideal para a escola na qual realizei o meu estágio, é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Para Hora (2009), está explícito no Plano Nacional de Educação que “a gestão deve estar inserida no processo de relação da instituição educacional com a sociedade, de tal forma a possibilitar aos seus agentes a utilização de mecanismos de construção e de conquista da qualidade social na educação”. Os princípios que norteiam a Gestão Democrática são: Descentralização: A administração, as decisões, as ações devem ser elaboradas e executadas de forma não hierarquizada. Participação: Todos os envolvidos no cotidiano escolar devem participar da gestão: professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis, pessoas que participam de projetos na escola, e toda a comunidade ao redor da escola. Transparência: Qualquer decisão e ação tomada ou implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

A Gestão Democrática é formada por alguns componentes básicos: Constituição do Conselho Escolar; Elaboração do Projeto Político Pedagógico de maneira coletiva e participativa; definição e fiscalização da verba da escola pela comunidade escolar; divulgação e transparência na prestação de contas; avaliação institucional da escola, professores, dirigentes, estudantes, equipe técnica; eleição direta para diretor.

1.2 A escola e o aluno da educação infantil

Desde 1996 com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), a educação infantil passou a integrar a Educação Básica, juntamente com o ensino fundamental e o ensino médio. Segundo a LDB em seu artigo 29: A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico,

psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. De acordo com a Lei, a educação infantil deve ser oferecida em Escola multisseriada para as crianças de 0 a 3 anos, e em pré-escolas para as crianças de 4 e 5 anos. Porém ela não é obrigatória. Dessa forma, a implantação de Centros de Educação Infantil é facultativa, e de responsabilidade dos municípios.

A escola na qual realizei o estágio de ensino infantil, trabalha a educação infantil numa perspectiva lúdica, considerando a diversidade de práticas pedagógicas num universo da criança, ou seja, evitando a rotina cotidiana. Os conteúdos são organizados considerando o desenvolvimento das capacidades expressivas, instrumentais do movimento, possibilitando a interação da criança com os recursos didáticos.

De acordo com o referencial curricular para a educação infantil (1998), o professor precisa cuidar de sua expressão e posturas corporais ao se relacionar com as crianças. Não deve esquecer que seu corpo é um veículo expressivo, valorizando e adequando os próprios gestos, mímicas e movimentos na comunicação com as crianças, como quando as acolhe no seu colo, oferece alimentos ou as toca na hora do banho. O professor, também, é modelo para as crianças, fornecendo-lhes repertório de gestos e posturas quando, por exemplo, conta histórias pontuando ideias com gestos expressivos ou usa recursos vocais para enfatizar sua dramaticidade. Conhecer jogos e brincadeiras e refletir sobre os tipos de movimentos que envolvem é condição importante para ajudar as crianças a desenvolverem uma motricidade harmoniosa.

Reverendo a história da educação infantil no Brasil, encontramos os seguintes dados:

O quadro esboçado pelos dados disponíveis para a década de 80 caracteriza-se por uma grande instabilidade e por sérios desencontros na direção e gestão das políticas federais de financiamento dos programas de pré-escolares e creches no país. A transição política resultou em expressivos ganhos legais, com a promulgação da Constituição de 1988 e o Estatuto da criança e do Adolescente, em 1990. No entanto, os novos direitos reconhecidos para as crianças menores de 7 anos não foram garantidos por nenhuma previsão em relação a uma fonte específica de recursos(...). (Campos, 1992, p.19).

Após a promulgação da última constituição os direitos da criança em prol da sua educação foi fortalecida, pois a educação infantil passou a ser valorizada de forma socioeducativa, avançando no campo teórico e também social, incluindo

crianças de 0 a 6 anos, que deverão ser atendidas em creches e pré escolas.

De acordo com Seber (2007), o desenvolvimento intelectual não se dá de maneira linear. Trata-se de um processo dinâmico, caracterizado por idas e vindas. As oscilações ocorrem devido á integração das conquistas precedentes aquelas que a sucedem. Quando um resultado antigo reaparece inserido numa nova atividade, sua significação muda, já que a etapa de desenvolvimento não é a mesma. Uma das maiores dificuldades ao se estudar o desenvolvimento infantil é ignorar as diferenças de significado que um certo comportamento pode ter para o adulto e para a própria criança. Sem tal cuidado, corre-se o risco de interpretar algo que ela realiza conforme o modo adulto de pensar, já que terminamos nos atendo apenas á materialidade dos gestos e não ao sistema a que eles pertencem no instante da sua manifestação. Ou seja, no processo evolutivo não há linearidade nem sobreposição de itens aprendidos sucessivamente.

Na escola, que foi “O nosso campo de estágio” considera esta instabilidade no aprendizado da criança, observando as diferenças individuais, e usando estratégias variadas, apesar de não ser uma escola apenas de ensino infantil e haver um caos de recursos humanos como falta de psicólogo e orientador educacional, a escola trabalha a afetividade e respeito ao comportamento do pequeno ser.

Seber (2007), afirma que a ideia da ação do tempo necessário ás combinações e recombinações próprias de cada etapa está implícita na própria noção de desenvolvimento. Conseqüentemente, não se pode ignorar a cronologia ao abordar a evolução da atividade intelectual. Por outro lado, não dá para admitir que toda criança na mesma idade atinja as mesmas conquistas, o que validaria a escolha da idade como critério para quaisquer decisões pedagógicas.

A cronologia fornecida pelos estudiosos do desenvolvimento – indicada em anos e, as vezes, até em meses e em dias – serve como simples referencial, pois varia muito a idade em que as crianças realizam conquistas. O ritmo próprio de cada criança para aprender pode variar, tanto quanto a qualidade das estimulações propiciadas pelo meio social em que ela cresce.

1.3 A escola e o aluno da educação fundamental

Conforme os PCNs (1999), a nova Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394), aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para com o ensino fundamental. Assim, vê-se no art. 22 dessa lei que a educação básica, da qual o ensino fundamental é parte integrante, deve assegurar a todos “a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhes meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”, fato que confere ao ensino fundamental, ao mesmo tempo, um caráter de terminalidade e continuidade.

Essa LDB reforça a necessidade de se propiciar a todos a formação básica comum, que pressupõe a formulação de um conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos, incumbência que, nos termos do art. 9º, inciso IV, é remetida para a União. Para dar conta desse amplo objetivo, a LDB consolida a organização curricular de modo a conferir uma maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares, reafirmando desse modo o princípio da base nacional comum (Parâmetros Curriculares Nacionais), a ser complementada por uma parte diversificada em cada sistema de ensino e escola na prática, repetindo o art. 210 da Constituição Federal.

Colocar uma criança de seis anos sem experiência escolar numa escola tradicional como a nossa é uma violência. Sem uma proposta pedagógica clara, as crianças vão acabar sentadas na carteira copiando leitura da lousa... Não é só problema da alfabetização na primeira série. É uma questão de disciplina, de regras, de horários... (BARBOSA: 2005).

Diante do pensamento de Barbosa, para que o ensino fundamental a partir dos 6 anos, venha trazer resultados é necessário usar uma metodologia moderna extinguindo o tradicionalismo e optando por formas construtivista, ou alternativas lúdicas.

Só tem sentido uma criança no ensino fundamental se estiver preocupado com a totalidade do seu desenvolvimento. Não é para diminuir a repetência e aumentar a escolarização pura e simplesmente. É por respeito ao tempo da infância... Se for para manter a escola tradicional, conteudista, como é a nossa, eu não ampliaria em mais um ano. Não adianta colocar a criança que tem seis anos só para ela precocemente aprender a ler e escrever. Isso é escolarizar prematuramente uma criança a um sistema falho... (Arroyo: 2005).

O ensino fundamental deve objetivar a formação integral do indivíduo, pois, é nesta fase que a personalidade da criança se forma, daí a importância de trabalhar a construção da cidadania de cada educando, preparando-o para a vida em sociedade.

A escola que foi nosso campo de pesquisa trabalha de forma que a escolaridade não deve apenas se limitar a ler e escrever ou ensinar conteúdos escolares abstratos; visando preparar o indivíduo para a vida em sociedade.

A ampliação para nove anos do Ensino Fundamental é resultado de muitos debates os quais envolveram autoridades de diferentes órgãos governamentais e está amparada nas seguintes Leis:

- A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 208 - que refere-se ao atendimento em creche e pré-escolar às crianças de zero a seis anos de idade.
- As alterações da LDBN 9.394/1996, com as promulgações das leis nº 10.172/2001, que estabelece o ensino fundamental de nove anos como meta da educação nacional.
- Lei 11.274, que altera a LDB e amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a inclusão das crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implementação, pelos sistemas, até 2010.

A implantação da nova política pública para o Ensino Fundamental entendida como um direito busca reparar uma histórica de injustiça, pois representa uma oportunidade concreta de aumentar o número de crianças dos setores populares na escola fundamental, uma vez que a maioria das crianças de classes média e alta já está incorporada ao sistema de ensino, seja na pré-escola, seja na primeira série do Ensino Fundamental.

Pensar a educação no Ensino Fundamental de nove anos requer, em razão disso, um novo pensamento/paradigma, pois implica num novo olhar sobre os sujeitos. Implantar o ensino fundamental nove anos implica mudar a escola e mudar a escola deve significar mudar os tempos e espaços escolares, rompendo com uma

organização seriada, com os currículos rigidamente organizados, incorporando projetos de manifestações culturais e artísticas no fazer do cotidiano escolar.

Os atores sociais- estudantes e professores passam a ocupar a centralidade da proposta, sendo reconhecidos como sujeitos de direito, situados e datados culturalmente. Ao mesmo tempo em que pertencem a uma cultura, é preciso considerar a singularidade de cada um. Em outras palavras, a ampliação do ensino fundamental para nove anos requer novas diretrizes curriculares.

Conforme documento divulgado pelo MEC (2004) (<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/noveanorienger.pdf>). Na ampliação do Ensino Fundamental, surgem algumas questões para os professores, os gestores, os técnicos e os pais. A primeira questão relevante se refere à própria criança de seis anos, chamada ao Ensino Fundamental. O ser humano constitui um tempo de vida que se encontra em permanente construção social. Assim, também e, mais ainda, a criança. Ao longo dos tempos e em cada momento histórico, as concepções sobre a infância vêm se modificando.

Além disso, a diversidade e a pluralidade cultural presentes nas várias regiões brasileiras determinadas pelas diferentes etnias, raças, crenças e classes sociais, bem como as lutas sociais pelas conquistas dos direitos, também contribuem para a transformação dessas concepções.

A idade cronológica não é, essencialmente, o aspecto definidor da maneira de ser da criança e de sua entrada no Ensino Fundamental. Com base em pesquisas e experiências práticas, construiu-se uma representação envolvendo algumas das características das crianças de seis anos que as distinguem das de outras faixas etárias, sobretudo pela imaginação, a curiosidade, o movimento e o desejo de aprender aliados à sua forma privilegiada de conhecer o mundo por meio do brincar.

Nessa faixa etária a criança já apresenta grandes possibilidades de simbolizar e compreender o mundo, estruturando seu pensamento e fazendo uso de múltiplas linguagens. Esse desenvolvimento possibilita a elas participar de jogos que envolvem regras e se apropriar de conhecimentos, valores e práticas sociais construídos na cultura. Nessa fase, vivem um momento crucial de suas vidas no que se refere à construção de sua autonomia e de sua identidade.

Estabelecem também laços sociais e afetivos e constroem seus conhecimentos na interação com outras crianças da mesma faixa etária, bem como com adultos com os quais se relacionam. Além disso, fazem uso pleno de suas

possibilidades de representar o mundo, construindo, a partir de uma lógica própria, explicações mágicas para compreendê-lo.

Especificamente em relação à linguagem escrita, a criança, nessa idade ou fase de desenvolvimento, que vive numa sociedade letrada, possui um forte desejo de aprender, somado ao especial significado que tem para ela frequentar uma escola.

2 – EDUCAÇÃO INFANTIL – TEMPO DE DESPERTAR

As crianças estimuladas de forma ampla, por meio da exploração do meio ambiente têm mais chances de praticar as habilidades motoras e, conseqüentemente de dominá-las com facilidade. Dessa forma ao analisar a educação na visão Piagetiana: verifica-se que esta parte seguinte pressuposto, que ela deve possibilitar as crianças um desenvolvimento amplo e dinâmico desde o período sensório- motor até o operatório abstrato.

Assim, tendo a escola, como local onde são desenvolvidos os paradigmas da educação, seus profissionais devem partir dos esquemas de assimilação das crianças, propondo atividades desafiadoras que provoquem desequilíbrios e reequilibrações sucessivas, promovendo a descoberta e a construção do conhecimento.

Para construir esse conhecimento, as concepções infantis combinam-se às informações advindas do meio (em que vivem e da escola), na medida em que o conhecimento não é concebido apenas como sendo descoberto espontaneamente pela criança, nem transmitido de forma mecânica pelo meio exterior ou pelos adultos, mas, como resultado de uma interação, na qual o sujeito é sempre um elemento ativo, que procura ativamente compreender o mundo que o cerca, e que busca resolver as interrogações que esse mundo provoca. Para um melhor entendimento, TREVISSAN (2007), afirma que

O ser humano nasceu para aprender, para descobrir e apropriar-se dos conhecimentos, desde os mais simples até os mais complexos, e é isso que lhe garante a sobrevivência e a integração na sociedade como ser participativo, crítico e criativo. Os seres humanos aprendem e renovam suas experiências a partir da interação que tem com seus semelhantes e também pelo domínio do meio em que vive. O cotidiano escolar tem como papel criar espaços e oportunidades para que as crianças se desenvolvam através de atividades lúdicas, tanto em sala como fora dela, tornando dessa maneira com que os conhecimentos sejam assimilados de maneira prazerosa, possibilitando que as crianças se desenvolvam como um todo (TREVISSAN 2007, p. 27).

Jacques Delors (1998) confirma esta afirmação ao trazer a concepção como principal consequência da sociedade do conhecimento a necessidade de uma aprendizagem ao longo de toda vida, fundamentada em quatro pilares, que são, concomitantemente, do conhecimento e da formação continuada. O livro “Educação:

um Tesouro a Descobrir,” sob a coordenação de Jacques Delors, aborda de forma bastante didática os quatro pilares de uma educação para o século XXI. O autor mostra que não basta uma educação com pessoas comprometidas, mas que tenha qualidade em seus fundamentos. Diz Delors (1998, p. 89) “À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permite navegar através dele”.

Continuando a análise de Delors (1998), apresento uma síntese dos quatro pilares para a educação no século XXI. Veja a seguir:

Aprender a fazer– “Não basta preparar-se com cuidados para inserir-se no setor do trabalho. A rápida evolução por que passam as profissões pede que o indivíduo esteja apto a enfrentar novas situações de emprego e a trabalhar em equipe, desenvolvendo espírito cooperativo e de humildade na reelaboração conceitual e nas trocas, valores necessários ao trabalho coletivo. Ter iniciativa e intuição, gostar de uma certa dose de risco, saber comunicar-se e resolver conflitos e ser flexível. Aprender a fazer envolve uma série de técnicas a serem trabalhadas.

Aprender a conviver– “No mundo atual, este é um importantíssimo” aprendizado por ser valorizado quem aprende a viver com os outros, a compreendê-los, a desenvolver a percepção de interdependência, a administrar conflitos, a participar de projetos comuns, a ter prazer no esforço comum”.

Aprender a ser– “É importante desenvolver sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade, iniciativa e crescimento integral da pessoa em relação à inteligência. A aprendizagem precisa ser integral, não negligenciando nenhuma das potencialidades de cada indivíduo”.

Com base nessa visão dos quatro pilares do conhecimento, pode-se prever grandes consequências na educação. Dessa forma, a sociedade reorganiza seus espaços na educação, pois tem como o objetivo de oferecer parâmetros para a manutenção e a criação de novas instituições de Educação Infantil, o Ministério da Educação - MEC publicou, em 1998, o documento Subsídios para credenciamento e o funcionamento das instituições de Educação Infantil. No mesmo ano, visando a elaboração de currículos de Educação Infantil, cuja responsabilidade foi delegada pela Lei de Diretrizes de Base – LDB, a cada instituição e seus professores. O Ministério editou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Um ano depois, em 1999, o Conselho

Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Esses documentos são, hoje, os principais instrumentos para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil do país. Estes aspectos legais apresentados pela lei ratificam a afirmação de Derols (1998), que a Educação tem um sentido muito mais amplo, que a sala de aula. A educação é movimento e ação constante, não pode parar.

2.1 Concepção de infância na atualidade e desenvolvimento das crianças

Pensar em concepção de infância na atualidade nos remete a refletir sobre os diversos âmbitos que esta questão traz, mas me delimitarei a pensar nesta sobre o contexto social atual e no contexto educacional, tendo como base a concepção de infância que o Referencial Curricular Nacional para educação infantil traz em suas propostas.

Nos estudos de Neto e Silva (2007, p. 35) a palavra infância vem de En-fant que significa "aquele que não fala", isso podemos ver refletido sobre o processo de construção da infância na sociedade, onde observamos figura da criança como aquele que não tem capacidade de ser, estar e atuar por ser criança, esse é um sentimento que acompanha as explicações que a sociedade atribui às crianças. Como mostra Sarmiento (2007, p.33), ao traçar um panorama sobre as imagens construídas historicamente das crianças, diz-nos que estas imagens se expressam pelo viés da negatividade.

[...] as distintas representações da infância se caracterizam especialmente pelos traços de negatividade, mais do que pela definição de conteúdos (biológicos ou simbólicos) específicos. A criança é considerada como o não adulto e este olhar adultocêntrico sobre a infância registra especialmente a ausência, a incompletude ou a negação das características de um ser humano "completo".

A citação descreve trechos da sociedade medieval até tempos atrás as crianças não tinham visibilidade dentro da sociedade. Mas no século XX, mudanças vão acontecendo de tais concepções e passa-se a ver a criança como um indivíduo pertencente ao meio social com sua cultura e seu modo de entender o mundo.

Segundo Paula (2005)

Considerar a infância como uma categoria social ou estrutural, não significa afirmar que as crianças estejam descoladas da sociedade, que tenham total autonomia no processo de socialização ou que suas produções ocorram sem interlocução com o mundo social dos adultos. Mas é necessário compreender que elas atribuem outras significações e sentidos sobre as coisas à sua volta e, sobretudo ao que fazem. As crianças transcendem as regras instituídas pelos adultos e instituem outras de acordo com as relações que estabelecem com seus pares, pois se sabe que os laços de amizade entre as crianças e, conseqüentemente, as teias de interesses afins encorajam as "invenções", possibilitando a expansão de acordos, de criações, de expressões, enfim, de produções culturais. (p.2)

A reflexão feita pela autora Paula, sobre as crianças, mostra que existe perspectiva que possuem culturas e estas são construídas a partir das ressignificações que fazem das ações dos adultos tornando assim sujeitos que recriam o seu modo e a sua forma de entender e compreender aspectos do mundo, sujeitos construtores de uma cultura própria. É o que os RCNs (1998, p.21) traz em sua concepção:

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. E isto através das interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem as relações contraditórias que presenciam, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos.

Na atualidade é importante que se entenda crianças como um ser diferente do adulto, diferenciando na idade, na maturidade, além de ter certos comportamentos típicos. Porém, tirando a idade, o limite entre criança e adulto é complexo, pois este limite está associado à cultura, ao momento histórico e aos papéis determinados pela sociedade. Estes papéis dependem da classe social-econômica em que está inserida a criança e sua família. Não tem como tratar as crianças analisando somente sua 'natureza infantil', desvinculando-a das relações sociais de produção existente na realidade

Como se pode verificar a dinâmica das relações sociais no meio vai trazendo, ou ampliando os espaços sociais, político, econômicos, enfim todos. Voltando a questão da infância, valorização e os sentimentos atribuídos à infância nem sempre existiram da forma como hoje são concebidas e difundidas, tendo sido modificadas a partir de mudanças econômicas e políticas da estrutura social, como já foi analisa.

2.2 Ser criança na atualidade: Direitos que lhes assistem

A modernidade traz uma nova categoria de discurso sobre a infância, o que assegura que as crianças sejam vistas com sujeitos dotados de direitos.

Neste trabalho não será discutido com rigor a questão de todos os direitos das crianças será feito apenas uma breve abordagem de alguns desses direitos como forma de verificar o quanto a sociedade busca reorganizar seus espaços sociais para que todos os sujeitos tenham visibilidade.

Dessa forma, como relação ao direito das crianças hoje se sabe que à educação, é um dos principais, pois é, um requisito básico de suma importância para qualquer indivíduo em pleno desenvolvimento. Essa noção deu-se por meio da regularização da educação infantil no Brasil, tornando a escola um espaço, de fato, das crianças na contemporaneidade. Entre esses documentos está o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA), que se preocupa não somente com a educação mas com todas as dimensões que envolvem um desenvolvimento íntegro dessa população e a LDB 9.394/96.

Mas devemos atender as crianças porque é lei? Não, o direito deve ser garantido porque é nossa responsabilidade social, enquanto professores, mulheres e homens, cidadãos, tratarmos as crianças como cidadãos de pequena idade. Poderíamos falar dos avanços, retrocessos e impasses das políticas de infância no Brasil. Mas cabe lembrar que esta lei(ECA)representa uma conquista de quem, ao longo de tantos anos, vem atuando na perspectiva de assegurar os direitos das populações infantis. (KRAMER, 2003, p. 56).

O ECA, sancionado em 1990, deixa explícito esse direito da criança à educação. Abaixo se encontram dois artigos presentes nessa lei que legitima esse direito, preocupando-se com uma formação integral.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, ECA, 1990).

A educação infantil recebeu um destaque na nova LDB, inexistente nas legislações anteriores. É tratada na Seção II, do capítulo II (Da Educação Básica), nos seguintes termos:

Art. 29 A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem com finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30 A educação infantil será oferecida em: I – creches ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II – pré – escolas para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31 Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro de seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental (BRASIL, LDB, 1996).

Outro documento muito importante para o direito da criança à educação e que mudou o paradigma até então vigente na educação infantil, foi a Constituição de 88. Depois dela a educação infantil passou de um direito das mães trabalhadoras e voltou-se como um direito da criança realmente.

Voltando a questão dos direitos das crianças no âmbito da educação, no espaço da escola. Verifica-se que de acordo com Lorenzato (2006 p. 15), há muito se reconhece que as experiências dos primeiros anos de vida exercem forte influencia em todos os anos seguintes. Se, por um lado, as crianças pré-escolar é frequentemente, julgada como inábil ou imatura para determinadas tarefas, por outro lado, apresenta competência para desempenhar atividades com água, na montagem nas estruturas com blocos, em jogos, entre outros exemplos.

Com relação ao jogo, Piaget (1998, p. 20) acredita que ele é essencial para o desenvolvimento sócio cognitivo das crianças, e por que não diz para a vida das crianças. De início tem-se o jogo de exercício que é aquele em que a criança repete uma determinada situação por puro prazer, por ter apreciado seus efeitos. Em torno dos 2-3 e 5-6 anos nota-se a ocorrência dos jogos simbólicos, que satisfazem a necessidade da criança de não somente relembrar o mentalmente o acontecido, mas de executar a representação. Como explica KISHIMOTO (2010, p.18)

Quando vemos uma criança brincando de faz-de-conta, sentimo-nos atraídos pelas representações que ela desenvolve. A primeira impressão que nos causa é que as cenas se desenrolam de maneira a não deixar dúvida do significado que os objetos assumem dentro de um contexto (KISHIMOTO, 2010 p. 63).

Como afirma Kishimoto, na citação acima. Ao se observar as durante as brincadeiras as crianças, elas criam um mundo à parte, é um pequeno universo que fazem funcionar onde os objetos adquirem significados diferentes, na sua linguagem é chamado faz-de-conta, pois o imaginário infantil é rico e imita com facilidade o mundo real.

Especialmente nas turmas de creche em que uma série de recursos e atividades lúdicas são preparadas para as crianças depois que elas chegam, uma informação básica para a professora precisa ter é com o que a criança brincou em determinada sessão do dia. Mesmo na sala de aula da pré-escola ou da primeira série do ensino fundamental, mais estruturada, uma escolha apropriada para a criança requer que suas atividades escolhidas sejam monitorizadas (MOYLES, 2002, p.126).

Considerando as atividades lúdicas na infância é importante observar o seu valor entretanto, considerar que elas tem de serem guiadas. O professor tem de conhecer os jogos e as brincadeiras mais usadas pela a criança para daí orientar e monitorizar suas atividades na escola. “As maiores aquisições de uma criança são conseguidas no brincar, aquisições que no futuro tornar-se-ão seu nível básico de ação real e moralidade” (VYGOTSKY, 1998, p. 38).

Piaget (1998, p. 42) afirma que a atividade lúdica é o berço obrigatório das atividades intelectuais da criança, sendo, por isso, indispensável à prática educativa. Na visão sócio histórica de Vygotsky, a brincadeira, o jogo, é uma atividade específica da infância, em que a criança recria a realidade usando sistemas simbólicos. Essa é uma atividade social, com contexto cultural e social. É uma atividade humana criadora, na qual imaginação, fantasia e realidade interagem na produção de novas possibilidades de interpretação, de expressão e de ação pelas crianças, assim como de novas formas de construir relações sociais com outros sujeitos, crianças e adultos.

Vygotsky, citado por Lins (1999, p. 49), classifica o brincar em algumas fases: durante a primeira fase a criança começa a se distanciar de seu primeiro meio social, representado pela mãe, começa a falar andar e movimentar-se em volta das coisas. Nesta fase, o ambiente a alcança por meio do adulto e pode-se inferir que a

fase estende-se até em torno dos sete anos. A segunda fase é caracterizada pela imitação, a criança copia os modelos dos adultos. A terceira fase é marcada pelas convenções que surgem de regras e convenções a elas associadas.

Vygotsky (1989, p. 109) ainda afirma que é enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento de uma criança. “É no brinquedo que a criança aprende a agir numa esfera cognitiva, ao invés de numa esfera visual externa, dependendo das motivações e tendências internas, e não por incentivos fornecidos por objetos externos”.

De acordo com Kishimoto (2010 p. 25), a ideal relação em sala de aula é aquela em que o professor exige do educando e o encaminha para a aprendizagem não sendo apenas amiguinho ou o tipo professor mamãe. A relação deve erguer o aluno para o seu crescimento intelectual. “Uma outra versão, presente no cenário escolar, é a da “relação séria”, em que o “bom professor”, “rigoroso” eleva o conhecimento e suas exigências à condição de prioridade, em detrimento das reais condições de existência do aluno, constatando-se, contudo, resultado semelhante ao da situação anterior”.

Segundo o pensamento de Piaget (1996, p.13), as crianças só são livres quando brincam entre si, ocasião em que criam e desenvolvem a sua autonomia, sendo outra criança o melhor brinquedo didático que elas podem explorar. Complementando essa ideia com as de Vygotsky (2003, p. 52), o brincar também funciona como agente de socialização, um balizador das relações humanas. O lúdico enquanto auxílio pedagógico é considerado de forma séria e usado de maneira correta, pois como afirma Almeida (1994, p. 10), o sentido real, verdadeiro, funcional da educação lúdica estará garantido, se o educador estiver preparado para realizá-lo. Portanto, o papel do educador é, sobrevir de forma apropriada, deixando que o aluno adquira conhecimentos e habilidades; suas atividades visam sempre um resultado, e uma ação dirigida para a busca de finalidades pedagógicas.

É importante ter em mente que o lúdico torna-se mais necessário no ensino infantil, pois a criança não pode aprender da mesma forma que um adulto. Partindo deste pressuposto deve-se analisar o ensino infantil como algo essencialmente prazeroso; pois o pequeno aprendiz não tem consciência de sua necessidade de aprender certos conteúdos, portanto ela tende a aprender melhor brincando, ou seja, de uma maneira que desperte a sua atenção para assim ela se sentir atraída pelo o ato de aprender. E nesse ato de aprender o lúdico, é uma das metodologias na

educação infantil muito eficaz no processo de ensino- aprendizagem das crianças. Esta temática será o conteúdo de terceiro capítulo.

3 O LÚDICO

3.1 História da ludicidade

Ao longo dos séculos pode ser percebida a importância da atividade lúdica como os jogos e as brincadeiras fazem parte do processo de desenvolvimento de uma civilização.

Na Grécia antiga e Egito as atividades lúdicas fazem parte das atividades cotidianas dos adultos, nesse período a criança não era valorizada, sendo submetida até os sacrifícios religiosos. Com o advento do cristianismo, acontece uma revolução cultural cujo principal fator é o religioso, a criança passa a ser ora valorizada, ora marginalizada, para educá-la eram consideradas as necessidades do mundo adulto que nada tinham a ver como o desejo da criança de brincar.

Na idade média a criança era vista como um adulto em miniatura, portanto não havia diferença entre os jogos e brincadeiras destas e dos adultos. No livro História Social da criança, Philippe Áries (1978), aborda a importância das brincadeiras durante o século XVII e XVIII.

Ainda nesse século a imagem da criança é modificada, percebe-se que ela é um ser distinto do adulto e que possuem valores próprios como a fantasia, a ingenuidade, a comunicação, a igualdade. Descoberta como ser individualizado, percebe-se que é necessária uma educação diferenciada que utilize atividades lúdicas e jogos educativos que possam servir de suporte para a didática.

A brincadeira aqui atesta essa profunda alteração na forma de pensar da criança, que demonstra já ser capaz de introjetar uma situação vivida através de imagens mentais e projetá-la em outro contexto, através de cenas imaginárias (OLIVEIRA, 1992 p. 29).

Conforme a colocação acima, atividade lúdica tem influencia decisiva sobre o comportamento da criança. Hoje a ludicidade tem uma conotação diferente daquela que considerava o brincar como algo pejorativo, para transformar-se num tema de real significação para todas as pessoas. A ludicidade já é utilizada na terapia corporal, na capacitação de profissionais para o desenvolvimento das atividades lúdicas nas áreas da saúde e educação, envolvendo o ser humano em diferentes fases geracional.

Vygotsky apud Ramos (2008, p.32) e Piaget apud Ramos (1997, p.21) em seus estudos falam da importância da participação ativa do sujeito na aprendizagem. As crianças em interação com o meio constroem conhecimento, desse jeito as atividades lúdicas vão permitir a manipulação dos dados da realidade e reelaborando-os e transformando-os.

Ludicidade é o potencial inerente ao ser humano de estar entregue ao momento presente de forma integral, conectando e harmonizando pensamento, sentimento e ação, permitindo assim o prazer e o livre brincar. O lúdico representa um fator de grande importância no desenvolvimento e socialização da criança, proporcionando novas descobertas. O lúdico na escola não apenas contribui para a aprendizagem das crianças, como possibilita ao educador tornar suas aulas mais dinâmicas e prazerosas.

[...] a brincadeira oferece “situação de aprendizagem delicada”, isto é, o educador precisa ser capaz de respeitar e nutrir o interesse da criança, dando-lhe possibilidades para que envolva em seu processo, ou do contrário perde-se a riqueza que o lúdico representa. Neste sentido é responsabilidade do educador, na educação infantil, ajudar a criança a ampliar de fato, as suas possibilidades de ação. Proporcionando à criança brincadeiras que possam contribuir para o seu desenvolvimento psicossocial e conseqüentemente para sua educação. (CUNHA, 1994, p. 18).

O professor da educação infantil tem de saber aproveitar os momentos lúdicos e provocar na criança o desejo de aprendizagem. Portanto, o papel do educador é intervir de forma adequada, deixando que o aluno adquira conhecimentos e habilidades; suas atividades visam sempre um resultado, uma ação dirigida com finalidades pedagógicas. A educadora Ferreiro (1998 p.08), já apontava para a importância de se oferecer a criança ambientes agradáveis onde se sinta bem a vontade, pois a criança deverá se sentir como integrante do meio em que está inserida.

Conceber o lúdico como atividade apenas de prazer e diversão, negando seu caráter educativo é uma concepção ingênua e sem fundamento. A educação lúdica é uma ação inerente na criança e no adulto aparece sempre, como uma forma transacional em direção a algum conhecimento. A criança aprende através da atividade lúdica ao encontrar na própria vida, nas pessoas reais, a complementação para as suas atividades.

3.2 Brinquedoteca: uma nova metodologia para a ensino-aprendizagem

O conceito de brinquedoteca pode ser resumido nas palavras de Muniz (2000, p. 86): A brinquedoteca da escola, diferente da brinquedoteca em outros espaços, estrutura-se de forma organizada no cotidiano escolar. Por entrar nesta ritualização, ela ocupa um espaço no fazer escolar. A isto se acrescenta que a brinquedoteca coloca ao alcance da criança inúmeras atividades que possibilitam a ludicidade individual e coletiva, permitindo que ela construa seu conhecimento próprio.

A possibilidade de atrair a atenção da criança/aluno é característica fundamental dos profissionais que usam a ludicidade como método de ensino, sendo estes ambientes propícios para a primeira leitura e contato com o livro. Em outras palavras, é um espaço rico a ser explorado em parceria pelo bibliotecário.

A literatura evidencia a presença do livro na brinquedoteca quando aborda as diversas possibilidades que ela pode oferecer, como por exemplo, o canto da leitura. Neste contexto, o livro assume o papel de brinquedo:

Com tapetes e almofadas para acolher a criança que quer ler um livro deitada no chão ou, simplesmente, aninhar-se em busca de aconchego. Aqui os livros são usados como brinquedo e não com a seriedade com que seriam usados em uma biblioteca infantil. Esta é uma maneira de fazer com que as crianças tomem contato com os livros, de figuras ou de histórias, de forma bem prazerosa e descontraída. Afinal, a primeira forma de leitura é a leitura de figuras; é desde cedo que se cultiva o hábito de leitura. (CUNHA, 1994, p. 17)

O ambiente escolar deve ser aconchegante, com formas de brinquedos variadas. O autor exemplifica a realização da leitura de forma prazerosa. Destaca-se aqui a arte de ler ou contar história que significa poder rir, experimentar situações vivenciadas pelos personagens, é interagir com o jeito de escrever do autor, além de poder ser cúmplice do momento de humor, de brincadeira, do divertimento, é esclarecer melhor as dificuldades ou descobrir um caminho para solução delas, é motivar a imaginação, é ter a curiosidade satisfeita em relação a tantas perguntas, é buscar outras ideias para solucionar certas questões.

A história é importante alimento da imaginação. Permite auto identificação favorecendo a aceitação de situações desagradáveis e ajuda a resolver conflitos, acenando com a esperança. Agrada a todos, de modo geral, sem distinção de idade, de classe social, de circunstância de vida. (COELHO, 2001p.14)

É ouvindo histórias que se pode sentir emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a segurança, o poder e tantas outras. Dessa forma, aprender a olhar o mundo com outros olhos, olhos da tolerância. Quando se ouve uma história o ouvinte pode descobrir outros lugares, pessoas, culturas, jeito de agir e de ser, tem a possibilidade de entender a pluralidade, e com isso respeitar a diferença entre os povos.

As histórias nos servem para ensinar uma porção de coisas a respeito dos ouvintes, pois nos oferece um vasto material de estudo, portanto devemos: registrar os comentários, guardar os desenhos, comparar, analisar as diversas manifestações de expressão relacionadas às histórias. Há quem conte história para enfatizar mensagens, transmitir conhecimento, disciplinar, até fazer uma espécie de chantagem “se ficarem quietos, conto uma história.” Quando o inverso é que funciona. A história aquieta, serena, prende à atenção, informa, socializa, educa. Quanto menor a preocupação em alcançar tais objetivos explicitamente, maior será a influência do contador de histórias. O compromisso do narrador é com a história, enquanto fonte de satisfação de necessidades básicas dos ouvintes¹. (COELHO, 2001, p. 16)

A cultura de um povo poder se revelada por meio das histórias populares. O contar história traz dimensões pedagógicas é ao mesmo tempo ensinamento, e entretenimento. O contar história trás dimensões pedagógicas, farmacopeia, e de entretenimento. Para Estés (1998, p.22), a vida de um guardião de histórias é uma combinação de pesquisador, curandeiro, especialista em linguagem simbólica, narrador de histórias, inspirador, interlocutor de Deus e viajante do tempo.

3.3 A escola e a aprendizagem infantil

Na Educação Infantil, não faz sentido separar momentos de brincar dos momentos de aprender. Essa simultaneidade pede que espaços e rotina da escola sejam planejados de modo a proporcionar multiplicidade de experiências e contato com todas as linguagens, o tempo todo. Sem abrir mão, é claro, dos cuidados com segurança e saúde. É nesse ambiente de aprendizagem que as crianças vão socializar-se e ganhar autonomia. Aprendizagem é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é coautora do processo de aprendizagem

dos alunos. Nesse enfoque centrado na aprendizagem, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente.

A preocupação com a baixa qualidade da educação infantil trouxe a criança para o centro das discussões: percebia-se que era necessário basear o atendimento no respeito aos direitos da criança, em primeiro lugar, para que fosse possível mostrar a legisladores e administradores a importância da garantia de um patamar mínimo de qualidade para creches e pré-escolas. Foi principalmente no âmbito da atuação de grupos ligados a universidade e aos profissionais da educação que se formularam os princípios que seriam acolhidos pela nova Constituição Federal de 1988 e que foram em grande parte mantidos na lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB -, de 1996.

A principal mudança foi à definição da educação infantil como primeira etapa da educação básica (composta também pelo ensino fundamental obrigatório de oito anos e pelo ensino médio), o que significou, na prática, a exigência de que prefeituras e outras instâncias governamentais transferissem o âmbito dos órgãos de educação a responsabilidade pelas redes de creche.

O segundo aspecto importante dessas reformas foi a exigência de uma formação prévia para professores e educadores de crianças pequenas, preferencialmente em nível superior, mas admitindo-se ainda o curso de magistério em nível médio.

Essa exigência vem sendo aceita com alguma dificuldade pelos sistemas de educação, especialmente no caso das creches. Ao mesmo tempo em que, em muitos estados e prefeituras, foram organizados cursos de formação para os educadores leigos que já se encontravam trabalhando nessas instituições, muitas prefeituras e entidades têm contestado a exigência e buscado subterfúgios, por exemplo, contratando educadores como se desempenhasse atividades de limpeza, para fugir ao requisito de formação prévia.

No cotidiano de sala de aula, professores buscam formas de ensinar visando tornar o ensino mais atrativo. Um das alternativas é aliar o prazer e o divertimento à aprendizagem. Porém, essa tarefa nem sempre é muito fácil, porque os interesses e as solicitações das crianças são bem diferentes, e não são todas as situações de ensino e de aprendizagem que possibilitam um trabalho lúdico na escola.

As atividades lúdicas, quando direcionadas à alfabetização e o ensino da língua materna, são possíveis, pois é por meio delas que se integram o prazer e o

aprender, saber e fazer. Atualmente, percebe-se certa precocidade na alfabetização. Espera-se que a criança aprenda a ler e a escrever o quanto antes. Pais e professores querem que a criança aprenda mais e mais conteúdos, pois entendem que será melhor para o seu desenvolvimento intelectual e veem isso como uma possibilidade de crescer na escola e na vida. Com pressa, acabam esquecendo que são crianças e que adoram brincar. Assim, o lúdico, muitas vezes, é deixado de lado.

Imaginem o quanto é enfadonho para uma criança, dia após dia, ficar sentada em uma classe, aprender que “b” com “a” é igual a “ba”. A criança vem para a escola com toda energia e tem que ficar quieta, sentada, como um adulto, disciplinado, que não questiona e que apenas reproduz o que o professor dita. Esse é o aluno que a escola não critica, deseja, mas esquece que, por trás dele, está a criança cheia de energia, como afirma Wajskop (1995, p. 11):

Reprimida na forma de aluno, do qual se espera obediência, silêncio, passividade, submissão a regras e rotinas - muitas quais sem objetivos claros -, encontra-se a criança, curiosa ativa, ansiosa por novas experiências e pelas oportunidades de interagir com outras crianças e com o ambiente.

O brincar é visto, muitas vezes, como algo improdutivo. Não há crenças de que com o brincar é possível aprender. Brincar possibilita a criança vivenciar experiências. Permite que ela crie formas de expressão, hipóteses a respeito da vida, socialização entre várias crianças e compartilhamento de experiências vividas.

Segundo Vygotski (1994, p. 16), para compreender a passagem de um estágio de desenvolvimento da criança para outro, somente é possível através das brincadeiras que ela realiza, uma vez que o brincar emerge de uma necessidade infantil. O lúdico é de extrema importância para o desenvolvimento do aluno, por ser uma necessidade da criança se utilizar das brincadeiras para vivenciar situações como, por exemplo, de socialização, apropriação de valores e costumes, portanto, situações não somente de prazer, mas também conflituosas.

O lúdico é o meio facilitador da alfabetização, pois a criança que tem uma infância bem estruturada adquire segurança de si própria. A alfabetização, com base nas atividades lúdicas, é muito prazerosa, tanto para o professor como para a criança.

As atividades lúdicas tornam-se significativas à medida que a criança se desenvolve. Com livre manipulação de materiais, ela passa a reconstruir e reinventar as coisas, o que exige uma adaptação da criança. Essa adaptação é possível a partir do momento em que ela própria evolui internamente, transformando essas atividades lúdicas, que é o concreto da vida dela, em linguagem escrita, que é o abstrato.

Está na hora das escolas refletirem sobre suas práticas pedagógicas, pensarem na importância do lúdico (jogos e brincadeiras) para as crianças. Aproveitar as atividades lúdicas na aquisição da linguagem escrita e do conhecimento como um todo. Se a escola estiver comprometida com o desenvolvimento da criança e compreender as suas necessidades de correr, brincar, jogar, de expandir-se em vez de tornar-se prisioneira por várias horas, com certeza, terá uma criança alegre e feliz. A escola deve aproveitar todas as manifestações de alegria da criança e canalizá-las emocionalmente através das atividades lúdicas educativas. Essas atividades lúdicas, quando bem direcionadas, trazem benefícios à aprendizagem.

3.4 Os jogos na alfabetização na Escola José Francisco da Silva: estudo de caso

A escola que foi campo de estágio do Infantil é uma escola multiseriada, tendo 18 alunos do pré ao 2º ano, localizada no campo; dispõe de vários recursos para trabalhar uma metodologia lúdica. Certa quantidade de material dourado, jogos confeccionados pelos educadores, alfabeto móvel, numerais móveis, livros paradidáticos, a professora procura dramatizar pequenos contos, até mesmo caracterizar a criança de certos personagens. Na sexta feira tem um momento de brincadeiras, no qual as crianças cantam, dançam e duplam, brincam com fantoches e contos de fadas. A aluna Fabiana de 6 anos, não queria frequentar a escola, passou a ter interesse depois desse momento lúdico da sexta feira.

Para alfabetizar a professora usa caça letrinha, bingo de operações matemática, joga de memória, caça palavras. Ao utilizar os jogos no processo de alfabetização é possível alcançar inúmeras ações que possibilitam uma aprendizagem eficaz, como evidencia a pesquisa de Queiroz (2003, p. 14). O jogo pode se extremamente interessante como instrumento pedagógico, pois incentiva a

interação e desperta o interesse pelo tema estudado, além de fomentar o prazer e a curiosidade.

Os jogos auxiliam na educação integral do indivíduo, pois podem dar conta de uma manifestação sócia histórica do movimento humano, oportunizando as crianças a investigar, problematizar as práticas, provenientes das mais diversas manifestações culturais e presentes no seu cotidiano, tematizando-se para melhor compreensão.

É fundamental ter consciência de que o jogo fornece informações a respeito da criança, suas emoções, a forma de interagir com seus colegas, seu desempenho físico motor, seu estágio de desenvolvimento, seu nível linguístico, sua formação moral. Divertindo-se, a criança aprende a se relacionar com os colegas e descobrir o mundo à sua volta.

Com a divulgação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) do Ensino Fundamental na Área de Língua Portuguesa, destacou-se, no âmbito da educação, uma grande preocupação com a dificuldade de leitura e escrita nas séries iniciais devido a um trabalho inadequado com a alfabetização.

A linguagem passou a ser vista como um elemento de comunicação e não de discriminação. Assim, não é mais valorizada uma única linguagem padrão ou culta como elemento de produção oral e escrita. O universo linguístico dos alunos começou a ser respeitado, já que seus conhecimentos e expressões são anteriores ao ingresso na escola.

A utilização de jogos e textos variados podem se tornar excelentes recursos para a participação, integração e comunicação dos alunos que, por certo, terão meios para compreender e expressar-se bem, inclusive na língua padrão, após o domínio de diferentes linguagens e instrumentos textuais. Nesse sentido, conforme adverte Santos (2000), o jogo na escola

Ganha espaço, como ferramenta ideal da aprendizagem, na medida em que propõe estímulo ao interesse do aluno, desenvolve níveis diferentes de sua experiência pessoal e social, ajuda-o a descobrir novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade e simboliza um instrumento pedagógico que leva ao professor a condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem. (SANTOS 2000, p. 37)

Compreende-se, dessa forma, que o jogo é importante e necessário para o desenvolvimento intelectual e social da criança, estimulando sua criticidade,

criatividade e habilidades sociais. Portanto, ao utilizar-se de atividades lúdicas, o professor propicia ao aluno oportunidade de integrar-se por meio da Língua Portuguesa de forma dinâmica, interpretando texto, expondo ideias e, ao mesmo tempo, explorando seus conhecimentos por outras áreas.

Neste sentido, considera-se que determinados objetivos só podem se conquistados se os conteúdos tiverem um tratamento didático específico, ou seja, se houver uma estreita relação entre o que e como ensinar. Mais do que isso: parte-se do pressuposto de que a própria definição dos conteúdos é uma questão didática que tem relação direta com os objetivos colocados, bem como com as propostas curriculares.

A ludicidade é uma necessidade do ser humano em qualquer idade e não pode ser vista como apenas diversão. O desenvolvimento do aspecto lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora com uma boa saúde mental, facilita os processo de socialização, comunicação, expressão e construção do conhecimento.

O profissional envolvido com jogos e brincadeiras no ambiente escolar deve estar preparado para atuar como animador, mas também como observador e investigador das relações e acontecimentos que ocorrem na sala de aula. Para uma tarefa dessa dimensão social, o professor necessita de uma formação sólida, fundamentada em três pilares: " formação teórica, pedagógica e pessoal". Desse modo, é preciso que o educador tenha uma base teórica para que possa sustentar a aplicação do lúdico.

A formação lúdica de professores é, hoje, uma preocupação constante para aqueles que acreditam na necessidade de transformar o quadro educacional presente, pois da forma como se apresenta fica evidente que não condiz com as reais necessidades dos que procuram a escola com o intuito de aprender o saber, para que tenham condições de reivindicar seus direitos e cumprir seus deveres na sociedade. O professor é a peça chave desse processo, e deve ser encarado como um elemento essencial e fundamental. Quanto maior e mais rica for a sua história de vida profissional, maiores serão as possibilidades de desempenhar uma prática educacional consistente e significativa. Desse modo, Nóvoa (1991, p. 34):

Não é possível construir um instrumento pedagógico para além dos professores, isto é, que ignore as dimensões pessoais e profissionais do trabalho docente. Não quer dizer, com isto, que o professor seja o único responsável pelo sucesso ou insucesso do processo educativo. No entanto, é de suma importância sua ação como pessoa e como profissional.

Nessa perspectiva, o jogo, sob a ótica do brinquedo e da criatividade, deverá ter maior espaço e ser compreendido como um importante instrumento no processo educacional. Assim, na medida em que os professores compreenderem melhor sua capacidade, potencial, poderá contribuir com o desenvolvimento das crianças.

É importante destacar que os jogos e as atividades lúdicas, ao serem utilizadas pelo educador no espaço escolar, devem ser devidamente planejados. Nesse enfoque, Antunes (1998, p. 37) destaca que:

Jamais pense em usar jogos pedagógicos sem um rigoroso e cuidadoso planejamento, marcado por etapas muito nítidas e que efetivamente acompanhem o processo dos alunos, e jamais avalie qualidade do professor pela quantidade de jogos que emprega, e sim pela qualidade dos jogos que se preocupou em pesquisar e selecionar.

O planejamento é essencial para o sucesso de um projeto. Cada atividade deve ser articulada com outras para que a aprendizagem se dê progressivamente. Assim, ao incluir no planejamento uma atividade lúdica, o professor deve adequar o tipo de jogo ou outra atividade lúdica ao seu público e ao conteúdo a ser trabalhado, para que os resultados sejam satisfatórios e alcance os objetivos propostos.

O professor deve ter objetivos pedagógicos que norteiam o uso das atividades lúdicas no processo de alfabetização: brincar por brincar pode ser divertido, mas não necessariamente contribui para o processo de ensino e aprendizagem. Cabe ao professor focalizar, a cada momento e com estratégias específicas, o que interessa para cada turma.

Uma aula com características lúdicas, além de jogos e brincadeiras, precisa muito mais de uma atitude do educador: educar os educandos, provocando uma mudança cognitiva e, principalmente, afetiva para que interaja em sala de aula. O educador deve aguçar a curiosidade da criança com os desafios do mundo, viagens pela imaginação, moldar e dar a forma aos diferentes elementos que podem ser transformados em brinquedos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que as atividades lúdicas quando bem trabalhadas auxiliam na formação integral do aluno, no seu relacionamento com o próximo, pois, os jogos impõem regras e limites ao educando, quanto às histórias têm cunho moral, de ética e de cidadania. Portanto, requer também uma postura do educador que é orientador dos jogos e também o contador de história.

Quando entra num jogo de faz-de-conta, a criança tenta entender como as coisas acontecem, reorganizando pensamentos e emoções. O professor observa as atitudes delas e, a partir daí, planeja as próximas aulas - assim como o faz-de-conta, os contos de fadas também ajudam a trabalhar os sentimentos, como medos e conflitos. Depois de ouvir certa história e vê-la encenada na forma de teatro de fantoches, eles ajudam a reconstruí-la e contar na versão que compreenderam.

Observamos que a arte de contar história é valiosa na Educação Infantil para incentivar a criatividade do pequeno aprendiz, desenvolvendo paralelamente a pintura e o desenho. Contar história requer técnicas que desperte a atenção da criança e estimule seu imaginário; porque os pequenos se identificam com os heróis e experimentam diversas emoções. Toda criança diante de um bom contador de história, fica curiosa para saber como seria o pequeno polegar; como era a vara de condão da fada; como seria a boca do lobo mau devorador.

Constatamos que mesmo com toda modernidade, as histórias infantis ainda são excelentes estratégias para tornar a escola atraente e prazerosa. Entretanto, o sucesso dos contos infantis depende da forma como ele é apresentado, da ênfase dada a cada fato e do valor dos personagens.

Este tipo de atividade contribui para a formação de leitores, sendo um estímulo para o estudo da literatura, e contribuindo na formação crítica e o imaginário da criança diante do posicionamento e das ações dos personagens. Para a escritora Ana Maria Machado, os contos de fadas pertencem ao gênero literário mais rico do imaginário popular, daí a importância de ser uma arte cultivada nas creches.

É importante também o critério de escolher as histórias que sejam ligadas ao mundo conhecido pelos alunos podendo o contador de história, parodiar e substituir personagens, para que as crianças vivam com elas grandes aventuras. A preparação do cenário é valiosa para criar esse universo de magia e curiosidade para facilitar o mergulho das crianças nas histórias. Durante a pesquisa empírica,

deduzimos que em quase todas as creches, não importa a metodologia usada, encontramos materiais comuns: lápis de cor, pinceis, tinta, papéis coloridos, etc. A professora conta histórias, canta e permite brincadeiras. Entretanto, as atividades ocorrem quase por acaso e são transformadas em atos rotineiros; ou seja, não há novidades, nem estratégias atraentes.

Todos os dias, as crianças chegam à creche e encontram a sala arrumada com grupos de carteiras para que trabalhe no mesmo grupo. Cada mesa oferece uma atividade: recorte e colagem, desenho, massa de modelar, entre outras.

O brincar é parte integrante do universo infantil; não há como ensinar a criancinhas, como se elas fossem operárias de uma fábrica, ou seja, disciplinando de maneira séria, usando tudo como obrigação e castigo. O mundo da criança tem de ser prazeroso para que ela aprenda brincando.

Os fatos devem ser sequenciados de forma que despertem a curiosidade do pequeno aprendiz, porque o professor provocando emoções o aluno entra no mundo do saber. A construção da noção de tempo exige também desenvolvimento da representação infantil, pois assim, será permitido à criança pegar um objeto e recordar um fato relativo a ele, reconstituindo um acontecimento ligado a percepção indireta. Uma vez interiorizada a imitação fornece, aos simples exercícios motores todo um simbolismo gestual e passa a funcionar na ausência do modelo evoluindo assim a linguagem. Passando da fase simbólica para a vida concreta.

As atividades relacionadas à música também servem de estímulo para crianças e contribuem para a inclusão de crianças portadoras de necessidades especiais. As atividades de musicalização, por exemplo, servem como estímulo a realização e o controle de movimentos específicos, contribuem na organização do pensamento, e as atividades em grupo favorecem a cooperação e a comunicação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Ângela Nobre de. **A criança na sociedade contemporânea: do "ainda não" ao cidadão em exercício**. Psicologia Reflexão Crítica vol n.1 Porto Alegre 1998. Disponível em: www.scielo.br
- ARIÈS, Philippe. **A História Social da Infância e da Família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. p. 14-156.
- BRASIL. ECA - **Estatuto da Criança e do adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de
- BRASIL. LDB - **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. In: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf. Acesso 2014
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF. 1998. p.21-63.
- DELORS, Jacques (Coord.). **Os quatro pilares da educação**. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez. p. 89-102. Relatório da UNESCO/Brasil.
- GUIMARÃES, José Geraldo M. **Referencial curricular Nacional para a Educação Infantil: alguns comentários**. In: _____ Pedagogia Cidadã: cadernos de educação infantil. São Paulo: UNESP, Pró-reitoria de graduação, 2003. p.27. julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá
- NETO, Elydio dos Santos. SILVA, Marta Regina Paulo da. **Quebrando as armadilhas da adultez: o papel da infância na formação das educadoras e educadores**. UMESP: 2007. p. 1 outras providências. In: www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.
- PAULA, Elaine de. Crianças e Infâncias: **Universos a Desvendar. Programa de Mestrado em Educação** da UFSC. I semestre de 2005. p.1-3. Disponível em: www.scielo.br Acesso 2014
- SARMENTO, Manuel Jacinto; Vasconcellos, Vera Maria Ramos de (orgs). **Infância (in) visível**. Araraquara, SP: Junqueira & Martin, 2007.
- TREVISAN, R. P.. **O brincar no cotidiano escolar da Educação Infantil: concepções docentes**. In: III Simpósio Internacional sobre Formação Docente, 2006, Santa Rosa - RS. *O brincar no cotidiano escolar da Educação Infantil: concepções docentes em CDs*. Ijuí: unijuí, 2006.